

Aconteceu

Eleições

Unidade em busca da vitória. Começa o segundo turno

Juan Esteves



Lula na Praça da Sé (SP)

Esta edição já estava pronta quando o país mobilizado pela esperança foi às urnas escolher o novo Presidente da República. Qualquer que seja o resultado do dia 15, uma certeza existe: nesta reta final, a unidade do povo e das esquerdas é fundamental para que o futuro Presidente da República, a ser escolhido no dia 17 de dezembro, promova, de fato, um governo democrático e popular. Neste momento, o que importa é eliminar as possíveis sequelas deixadas durante a campanha eleitoral quando o calor da luta chega a extremismos e a paixão leva a ressentimentos e incompreensões. Vamos unidos para o 2º turno e iniciar uma nova era de justiça social e paz para o país.

Chico Ferreira



Brizola em Nova Iguaçu (RJ)

Niels A.



Covas em Santos (SP)

Nambiquara não quer hidrelétrica em suas terras

Últimapágina

Vaticano ameaça dividir ainda mais diocese de SP

Página 13

Greenhalgh mostra na TV quem é Caiado

Por determinação da Justiça Eleitoral, o vice-prefeito de São Paulo, Luiz Eduardo Greenhalgh, usou dia 9 o horário eleitoral gratuito do candidato Ronaldo Caiado para responder às acusações de corrupção envolvendo a Prefeitura de São Paulo e a empresa Lubeca.

Em seu discurso, Greenhalgh atribuiu as denúncias de Caiado a uma vingança do candidato do PSD por sua atuação como advogado em casos que envolviam "violência praticada pela UDR", entidade que Caiado já presidiu.

Greenhalgh começou se apresentando e contando a história da acusação feita por Caiado no "3º Encontro dos Presidenciáveis", da TV Bandeirantes.

O vice-prefeito disse que Caiado levou à Justiça um "funcionário de quinto escalão de uma empresa para comprovar a denúncia". Mostrou a reportagem da Folha intitulada "Funcionário da Lubeca diz que não denunciou o PT" e relatou os resultados da investigação do 4º Distrito Policial, que indicam o caminho dos dois cheques apresenta-

dos como provas da corrupção. "Já se sabe que o primeiro cheque sequer saiu da empresa e o segundo cheque, rastreado, em nenhum momento compromete a Prefeitura ou o Partido dos Trabalhadores".

Depois, perguntou: "Por que o senhor Ronaldo Caiado está com tanta raiva do PT e da campanha do companheiro Lula? Por que ele tem tanta raiva da minha pessoa?" e atribuiu a denúncia ao fato de que atuou, como advogado, "prestando assistência às vítimas de muitos dos crimes da UDR".

Depois de enumerar vários casos, mostrando imagens de Chico Mendes, Padre Josimo Tavares e Julio Miranda, todos defendidos por ele, Greenhalgh disse que as acusações feitas por Caiado visam atingir a campanha do PT à Presidência.

"Mas (...) nós vamos dar a resposta àqueles que nos caluniam. Nas urnas", disse. O vice-prefeito finalizou seu discurso com uma frase de efeito: "O PT nem se vende, nem se rende". (Folha de São Paulo, 10/11/89)

Sarney derruba a farsa collorida

O presidente José Sarney revelou dia 10, durante o horário eleitoral gratuito, que Fernando Collor de Mello lhe pediu, em encontro reservado, apoio à sua candidatura ao governo de Alagoas em 1986. Segundo Sarney, Collor, ao vencer a eleição pelo PMDB, tornou-se mais um "beneficiário" do Plano Cruzado. A gravação foi feita dia 9 como direito de resposta contra Collor, que acusou Sarney de "corrupto".

Para mostrar a suposta incoerência do candidato do PRN, Sarney e seus assessores escolheram uma gravação de uma solenidade. Nela, Collor aparece elogiando fartamente o presidente Sarney - este mesmo recurso vem sendo empregado pelo candidato do PDT, Leonel Brizola.

Sarney voltou a dizer que não tem candidato. Ele é acusado por Collor de ter tramado o lançamento da candidatura Silvio Santos, pelo

PMB. O presidente tenta passar a imagem de magistrado e, nas conversas reservadas, afirma que liberou seus assessores na campanha eleitoral, tanto que no seu ministério as opções são as mais variadas - Antonio Carlos Magalhães, das Comunicações, é ligado a Collor.

A estratégia de Sarney foi de mostrar o candidato como "desequilibrado" e sem condições, por falta de postura, de se tornar presidente - essa linguagem, na avaliação dos assessores, atinge basicamente as elites. Já a gravação do dia 10 atingiria as camadas mais pobres, sensibilizadas com o duro bombardeio promovido por Collor nos últimos dias.

Esse material seria melhor "explorado", imagina Sarney, no segundo turno - supõe que Collor está "praticamente" garantido para a reita final. (Folha de São Paulo, 10/11/89)

Aconteceu n° 524
14 a 21 de novembro de 1989

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone: (021) 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ
Av. Higienópolis, 983
Telefone: (011) 825-5544
01238 - São Paulo - SP

Editor
Xico Teixeira
Reg. Prof. 1928/07/16

Editora assistente
Lígia Dutra
Reg. Prof. 3407/14/60

Secretaria
Eliane Lobato

Composição
Kátia Simões
Paulo Roberto S. Garcia

Produção Gráfica
Alcino Demby

Fotolitos e Impressão
Tribuna da Imprensa

Conselho de Publicações
Carlos Alberto Ricardo
Carlos Cunha
Flávio Irala (coordenador)
Jether Pereira Ramalho
Luís Flávio Rainho
Maria Cecília Iorio
Maurício Waldman
Vera Maria Massagão Ribeiro
Xico Teixeira

Aconteceu - uma publicação semanal do CEDI - é uma resenha das notícias da semana extraídas dos jornais de maior circulação no país e de colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. Aconteceu conta ainda com a participação dos Programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil, Movimento Camponês/Igreja, Educação e Escolarização Popular, Memória e Acompanhamento do Movimento Operário, e Assessoria à Pastoral. As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Cosme Velho, 98/fundos, CEP 22241 - Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 - Rio de Janeiro, CEP 22221.

Assinatura anual: NCz\$ 30,00
Assinatura de apoio: NCz\$ 45,00

Freire diz que PCB será importante no 2º turno

O candidato à Presidência da República pelo PCB, Roberto Freire, afirmou dia 11 durante o comício de encerramento de sua campanha na praia de Boa Viagem, zona sul de Recife (PE, cidade com cerca de 1,3 milhão de habitantes), que o seu partido será o eixo de negociação dos demais partidos para o segundo turno. "Qualquer negociação passa pelo PCB. A campanha eleitoral legalizou o partido de fato. Nenhum partido de esquerda conseguiu ser tão vitorioso quanto o PCB nas ruas."

Freire condenou o voto útil. "Alguns setores surgiram com o voto útil, que foi importante durante a ditadura. Agora, temos de decidir por quem melhor represente nossos ideais e do Brasil", disse. O comício reuniu cerca de 15 mil pessoas na conta dos jornalistas; de 20 a 25 mil, para a Polícia Militar; e cerca de 35 mil, para os organizadores.

Freire afirmou que os problemas do Brasil não se resolverão de uma hora para outra, quando o novo presidente assumir. "Não haverá salvador da pátria, nem na novela isso funcionou. Os problemas que estão aí não estarão resolvidos amanhã". Ele também se negou a reconhecer que não tem chances no pri-



Freire discursa durante seu último comício de campanha, em Recife (PE)

meiro turno, dizendo que leva sua candidatura até o último momento. Nos próximos dias 18 e 19, em Brasília, o PCB estará reunido para requisitar seu registro definitivo, quando discutirá também a estratégia de apoio no segundo turno. Freire já declarou, por diversas vezes, que se depender dele o apoio será dado a Luis Inácio Lula da Silva (PT), caso este chegue ao segundo turno.

A supresa do dia ficou por conta de militantes do PT e do PDT, que aplaudiram a carreata e o comício de Freire. Os petistas, que também

realizaram carreata com cerca de 400 carros, encontraram-se com a caravana do PCB na avenida Agamenon Magalhães, que liga Olinda, zona norte, a Boa Viagem. Eles deram passagem e aplaudiram o candidato comunista, que vinha à frente de 500 carros. Durante o comício, duas horas mais tarde, cerca de 300 pedetistas que optaram por fazer uma "praiada", isto é, caminhada abeira-mar, também aplaudiram o candidato do PCB, que se encontrava no palanque armado na areia. (Folha de São Paulo, 12/09/89)

Segundo turno reduz horário político da televisão

O segundo turno da campanha presidencial vai modificar radicalmente o horário eleitoral gratuito na TV. Com apenas dois candidatos na disputa, a campanha na TV será mais concisa: 40 minutos diários, 20 pela manhã e 20 à noite; dez minutos para os candidatos em cada período. Nada do "zapping" de 15 segundos com microcandidatos ou de latifúndios de 10 minutos para um só partido que caracterizaram os programas do primeiro turno.

Dia 28 de novembro é a data prevista pelo calendário eleitoral elab-

orado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para o recomeço da propaganda eleitoral gratuita na TV. Corresponde ao dia seguinte à proclamação oficial dos resultados do primeiro turno.

Ainda segundo o calendário eleitoral, a propaganda na TV deve encerrar-se em 14 de dezembro, três dias antes da eleição do segundo turno. O candidato que obtiver mais votos na eleição do dia 15 vai inaugurar o horário político do segundo turno. No segundo dia, ele vai aparecer depois do outro candidato, obedecendo ao rodízio esta-

belecido pelo TSE.

É inevitável que o debate político se polarize nos programas da TV na campanha do segundo turno. Ao invés de 21 possíveis alvos de críticas, vai haver apenas um. A campanha perde com isso a diversidade de estilos. As alianças entre partidos prometem ser um espetáculo interessante. Quem atacava, durante os quase dois meses de propaganda eleitoral no rádio e na TV no primeiro turno, vai elogiar. Há vantagens na campanha do segundo turno. (Folha de São Paulo, 13/11/89)

Silvio Santos ficou fora da eleição presidencial

Por unanimidade, os sete Ministros do Tribunal Superior Eleitoral barraram dia 9 a pretensão do empresário e animador de TV Silvio Santos de se incluir à última hora na eleição presidencial. Desde o parecer do Ministro relator, Antônio Villas Boas, dois aspectos tornaram inviável a candidatura: a situação irregular do PMB, a legenda que lhe fora cedida, mas não cumprira as exigências da legislação eleitoral

e partidária para concorrer ao pleito, e a inelegibilidade do animador, por deter efetivo poder de mando na rede SBT. Conforme o parecer, não existindo partido não pode haver candidatura.

A decisão do TSE é irrecorrível, não pode ser contestada no Supremo Tribunal Federal, uma vez que as irregularidades do registro do PMB não são matéria constitucional. Após seis Juízes terem se mani-

festado em favor da impugnação, o Presidente do TSE, Francisco Rezek, que não precisaria votar, acompanhou a decisão e discursou descartando qualquer hipótese de recurso. Em São Paulo, Silvio trançou-se em sua mansão e não comentou o resultado. Com a decisão do TSE, quem marcasse o candidato do PMB, número 26 da cédula, no dia 15, estaria anulando seu voto. (O Globo, 10/11/89)

Resolução do TSE fixa normas para fiscalização na apuração

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divulgou a Resolução número 15.844, de 3 de novembro, contendo as instruções para a fiscalização pelos partidos políticos da eleição e do processo de totalização dos votos do pleito. O documento declara que "a totalização dos resultados de cada urna será realizada pela Comissão Apuradora de cada Tribunal Regional Eleitoral, valendo-se, para tanto, dos boletins de urna que forem emitidos pelas Turmas Apuradoras de cada Junta Eleitoral".

A Resolução assegura aos parti-

dos "o mais amplo direito de fiscalização do processo de totalização dos votos, em nível municipal, regional e nacional", e estabelece que a fiscalização será feita por um Comitê Interpartidário de Fiscalização, com dois representantes de cada partido ou coligação, trabalhando um de cada vez. No encerramento dos trabalhos será fornecida a totalização final, por meio magnético.

Na edição dos boletins de urna será emitido um "relatório de crítica" para a correção de possíveis erros. A correção terá que ser

demonstrada aos fiscais partidários.

No dia 9, o PDT entrou com contestação contra a Resolução do TSE, alegando que as instruções de operacionalização dão margem a fraudes.

O Líder do PDT na Câmara dos Deputados, Vivaldo Barbosa, alegou que "as instruções violam o Código Eleitoral e ainda tem como agravante o fato de eliminarem a possibilidade da dupla checagem entre o resultado do computador e o verificado na totalização de cada Junta". (O Globo, 10/11/89)

Serpro se prepara para apurar os votos do Estado do Rio

Responsável pela soma dos votos apurados nas juntas eleitorais do Estado do Rio de Janeiro, o Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) começou a uma semana, antes da eleição o treinamento de seus funcionários para a digitação das informações dos boletins de urnas.

Para o trabalho de recebimento e preparo dos boletins e digitação das informações serão necessários quase 200 funcionários, mas todo o quadro de digitadores do Serpro foi treinado para o caso de eventuais substituições. Outras 150 pessoas trabalharão nos serviços de engenharia, controle da produção, trans-

porte, alimentação e segurança.

O Superintendente do Serpro, José Luiz Pingarilho Neto, não faz previsões sobre o tempo necessário para a soma dos votos, afirmando que tudo vai depender da rapidez dos trabalhos nas mesas apuradoras.

Mas tanto ele quanto o Presidente do TRE, Jorge Loretto, esperam terminar a apuração dos votos do Rio em três dias. Segundo Pingarilho, não haverá erros na digitação, pois cada boletim será digitado por dois técnicos que farão depois a comparação dos números.

Baseado em eleições anteriores, ele acredita que em 30 por cento

dos boletins poderão surgir dúvidas quanto ao preenchimento dos mesários, porcentagem que considera pequena, já que, na última eleição para prefeito e vereadores, 90 por cento dos boletins causaram dúvidas aos digitadores.

Como a cédula desta eleição é simples, ele acredita que não haverá muitos problemas para o preenchimento dos boletins.

Para garantir a segurança e confiabilidade no processo de soma dos votos, Pingarilho adiantou que todos os disquetes e fitas magnéticas serão originais e estarão lacradas até a hora do uso. (O Globo, 10/11/89)

Greve de ônibus ameaça plano econômico de Menem

A ameaça de empregar a força policial contra a greve dos motoristas de ônibus, feita pelo presidente Carlos Menem em rede nacional de televisão, na noite de quarta-feira, dia 8, nem se concretizou inteiramente nem produziu os efeitos desejados. Os efetivos da Polícia Militar e da gendarmaria colocados em prontidão para intervir na greve foram empregados apenas na segurança dos ônibus que voltaram a circular e a paralisação continuou em seu segundo dia, com um acatamento de 60% a 80%, de acordo com os cálculos do governo ou dos sindicatos.

Apesar da decretação de arbitragem obrigatória por parte do Ministério do Trabalho, que implicaria na suspensão forçada da paralisação, os motoristas renovaram a determinação de continuar

parados.

Além do transporte público, a greve dos motoristas de ônibus pode afetar também a política salarial proposta pelo governo. Por isso o próprio presidente da República reagiu com veemência à paralisação, denunciando a "infiltração de militantes da ultraesquerda" no movimento.

A disputa entre empresários e trabalhadores tem como fundo as diferenças em torno da mesa de negociação do acordo salarial. Os empresários ofereceram um salário de 77 mil austrais (NCz\$ 1.400) para os trabalhadores a partir de outubro. Os motoristas querem ganhar 88 mil (NCz\$ 1.600) em setembro, para iniciar conversa sobre o salário de outubro. Atualmente eles recebem 54 mil (NCz\$ 1.000) austrais por mês.

O restabelecimento do serviço no metrô aliviou um pouco a situação para a população, que na quarta-feira esteve praticamente impossibilitada de ir e vir na capital e nas grandes cidades do interior. Dia 9 voltaram a circular também alguns ônibus, conduzidos em sua grande maioria pelos proprietários. Segundo o governo, funcionaram 40% do transporte coletivo. O sindicato dos motoristas falava em 15%. Os 14 mil ônibus que servem à grande Buenos Aires estão pulverizados entre microempresas. Muitos donos são proprietários de um único veículo, ou até mesmo de parte de um veículo. Assim, em uma linha com 300 ônibus, operam 80 proprietários que estão acostumados a assumir o volante dos veículos quando a necessidade o exige. (JB, 10/11/89)

Ortega decidiu suspender compra de armas até 1990

O presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, anunciou que seu governo irá oferecer aos contras a suspensão unilateral da importação de armas até 25 de abril de 1990, a retomada da trégua interrompida em 1º de novembro e uma anistia geral, em troca de um acordo para a desmobilização das tropas guerrilheiras.

A oferta faz parte do plano de 15 pontos que a delegação sandinista

debateu com representantes dos contras nos dias 9 e 10 na sede da ONU, em Nova Iorque.

A delegação saiu de Manágua com instruções do presidente de não sair de Nova Iorque enquanto não conseguir a assinatura de um acordo com os anti-sandinistas. "Não aceitaremos marcar uma nova reunião", disse Ortega. "Se for preciso a delegação nicaraguense ficará uma semana ou o tempo que for

necessário e, se os contras mantiverem uma atitude negativa, os países da América Central é que deverão desmobilizá-los, segundo o assinado em Tela".

Pelo acordo de Tela, firmado em Honduras, em agosto, pelos presidentes centro-americanos, os contras baseados em território hondurenho devem desmobilizar suas forças até 5 de dezembro. (JB, 09/11/89)

Candidatos negros conquistam vitórias

Os candidatos negros do Partido Democrata conseguiram importantes vitórias nas eleições para governos estaduais e prefeituras realizadas dia 8 nos Estados Unidos. Eles conquistaram as Prefeituras de Nova Iorque, Detroit e New Haven, uma cadeira de deputado por Houston - a única que estava em disputa - e devem garantir o governo da Virgínia. Em Nova Iorque, embora fosse esperada, a vitória do democrata David Dinkins foi apertada. Ele obteve 51% dos vo-

tos, contra 48% de Rudolph Giuliani, do Partido Republicano. Dinkins é o primeiro prefeito negro da cidade.

Em Virgínia a disputa pelo governo também foi apertada. O democrata Douglas Wilder anunciou sua vitória no final da noite de terça-feira. Após terem sido apurados os votos de 1.965 das 1.967 circunscrições do estado, Wilder tinha uma vantagem de apenas sete mil votos, no total de aproximadamente 1,8 milhão, e o Partido Republicano pen-

sa em pedir recontagem de votos. Caso seja confirmada a vitória, Douglas Wilder será o primeiro negro a governar um dos 50 estados norte-americanos.

Os democratas negros também garantiram a única vaga no Congresso que estava em disputa, por Houston.

Nenhum dos 11 candidatos conseguiu a maioria absoluta, e o segundo turno será disputado pelos negros Craig Washington e Antony Hall. (O Dia, 09/11/89)

Começam a ser demitidos os grevistas da Reduc

A Direção da Petrobrás demitiu por justa causa, dia 8, quatro funcionários da Refinaria de Duque de Caxias (Reduc) e ameaça demitir quem não retornar ao trabalho, a começar pelos que têm cargos de chefias, e por ordem de responsabilidades. Para garantir a entrada dos funcionários, a Petrobrás solicitou ajuda da Polícia Militar.

A companhia está convocando,

pela terceira vez, os 1.500 funcionários da Reduc, a retornarem ao trabalho, através de matéria paga nos principais jornais. O apelo foi feito dia 8, também, nas principais televisões, no horário nobre. Ao fim do dia 8, o titular da Delegacia Regional do Trabalho, Fernando Pessoa, conversou com diversos sindicalistas e petroleiros para convencer a categoria a retornar ao trabalho. Os

petroleiros, reivindicam o pagamento do adicional de 39% que recebiam no turno de oito horas. O Presidente do Sindipetro-Caxias, Roberto Willians, afirmou que a Petrobrás não está respeitando a Constituinte, ao reduzir o salário e as folgas. No dia 13 à tarde os petroleiros tentarão mais uma vez e negociações com a direção da Reduc. (O Globo, 09/11/89)

Dorothea não recebe representantes dos servidores

A ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, recusou-se dia 9 a receber uma comitiva de representantes dos servidores públicos federais, que estão em greve desde o dia 18 do mês passado. A decisão foi tomada depois que, no dia anterior, um grupo de cerca de 120 grevistas ocupou por 11 horas o gabinete da ministra, no 7º andar do prédio do ministério. A Polícia Militar cercou dia 9 de manhã o prédio, impedindo uma nova invasão de grevistas.

Os servidores públicos federais reivindicam um reajuste salarial de 151,54% e piso salarial de NCz\$

2.540,00. O governo concedeu um reajuste de 26%, referente às perdas salariais do Plano Bresser, através da medida provisória 95. Além disso, reduziu o número de referências, simplificando a carreira dos servidores. Segundo os grevistas, o movimento atinge 12 ministérios e oito órgãos públicos. O Ministério do Trabalho diz que o movimento atinge 3% dos servidores. Os dados referem-se apenas ao Ministério do Trabalho.

Cerca de 9 dos 12 mil previdenciários da cidade de São Paulo completaram, dia 10, 15 dias de paralisação. O movimento suspen-

deu o atendimento de quatro dos cinco hospitais do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps) - Brigadeiro, Heliópolis, Casa Maternal Leonor Mendes de Barros e Ipiranga - que têm se limitado às emergências. Os funcionários do Iapas e do INPS estão parados. Em Campinas (100 km a noroeste de São Paulo) a greve dos previdenciários completou dia 9 uma semana e é parcial.

Em Santa Catarina, os servidores aguardam o andamento do movimento nacional. (Folha de São Paulo, 10/11/89)

Justiça manda Banco do Brasil pagar os 152% de reajuste

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) negou dia 8 ao Banco do Brasil, por seis votos a três, recurso contra a sentença do próprio TST que concedeu 152,35% de reajuste aos funcionários do banco. O Relator do processo, Ministro Marcelo Pimentel, disse que o Índice de Preços ao consumidor (IPC) de janeiro deste ano (70,28%) não pode ser substituído pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) daquele mês (35,48%), para efeito de correção salarial.

Pimentel refutou a tese, apresentada pelo Banco do Brasil, segundo

a qual o Tribunal tinha ferido a Constituição ao usar o seu poder normativo para julgar matéria regulada, de forma satisfatória, por lei - a legislação salarial em vigor. Para ele, o TST apenas cumpriu a lei vigente, ao determinar a correção salarial dos funcionários do BB, com base na inflação de 12 meses. O Revisor do processo, Ministro Almir Pazzianotto, afirmou não ter o BB razão ao argumentar que a folha salarial pode levar a instituição a ter prejuízos: os maus resultados ocorreram sem que o banco tivesse pago integralmente o rea-

juste de 152,35%. O banco pagou, até o momento, 91,37%.

-Não cabe ao TST administrar as empresas, mas julgar as questões salariais de acordo com a lei - afirmou Pazzianotto. O voto de Pimentel conteve duas críticas à direção do Banco e ao Ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega. O Relator condenou a falta de diálogo do BB, que se negou, até o último instante, a negociar com os funcionários. A folha salarial BB será, agora, de quase NCz\$ 3,2 bilhões e o maior salário será de NCz\$ 39.478,41. (O Globo, 09/11/89)

Metalúrgicos da CSN fazem acordo com empresa

Apesar da decisão do Tribunal Superior do Trabalho de adiar para o dia 21 deste mês o julgamento de dissídio coletivo da categoria, os metalúrgicos de Volta Redonda conseguiram afastar a possibilidade de greve na Companhia Siderúrgica Nacional, em negociações diretas, mantidas dia 8 em Brasília, entre representantes da classe, a Ministra do Trabalho, Dorothea Werneck, o assessor geral de administração de pessoal da CSN, Eljo Cândido de Oliveira, e membros do Conselho Interministerial de Salários das Estatais (Cise).

Na reunião, os metalúrgicos garantiram reajustes salariais variáveis entre 109,180% e 124% a partir deste mês. Os ín-

dices foram aprovados pelos trabalhadores, em assembléia em frente à CSN, na Cidade do Aço. O reajuste reflete a concessão de um adiantamento de reposição salarial de 52% mais o pagamento do IPC integral do mês. Os trabalhadores que recebem acima de três salários mínimos terão o índice maior, de 124% que também este mês têm direito à correção trimestral prevista na lei salarial.

Os mais de 1.500 trabalhadores que participaram da plenária, em frente à CSN, e decidiram, além de aceitar a proposta discutida em Brasília, manter o estado de greve até o resultado definitivo do julgamento em 21 deste mês, quando realizarão nova assembléia. Dia

10, houve novo encontro de negociações no TST, quando os itens da pauta do dissídio da classe foram discutidos com a empresa.

Luto

A cidade de Volta Redonda viveu no dia 9 um dia de luto, decretado pela Prefeitura local, em homenagem aos três metalúrgicos mortos no dia 9 de novembro de 88, durante os confrontos entre as tropas do Exército e os grevistas da CSN. Às 17h30, o bispo de Volta Redonda, Dom Valdir Calheiros, oficiou ato ecumênico na Praça Juarez Antunes, em homenagem à memória dos três metalúrgicos. (O Dia, 9/11/89)

A invasão em Volta Redonda foi repudiada pelos votos

Há um ano três metalúrgicos eram mortos por tropas do Exército que invadiram a usina da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda. A mais violenta e trágica experiência dos metalúrgicos da estatal, chocou o país, traumatizou a cidade e influenciou de forma decisiva às eleições municipais que se aproximavam. A oposição com o PT em São Paulo e Porto Alegre chegava ao poder em grandes cidades. No Rio, o PDT, retomava a prefeitura.

A greve dos 23 mil operários, por melhorias salariais, tinha começado dois dias antes. Na noite do dia 8 as tropas da 1ª Brigada de Infantaria Motorizada, de Barra Mansa, sob o comando do general José Luís Lopes da Silva, tomaram as de-

pendências da usina "para restabelecer a ordem e a integridade do patrimônio".

Menos de 24 horas depois três metalúrgicos tombavam mortos. William Fernandes Leite, 23 anos, foi atingido com um tiro na nuca; Walmir Monteiro, 28 anos, caiu com um tiro no peito e Carlos Alberto Barroso, 26 anos, sofreu esmagamento craniano.

Do lado de fora da CSN, uma batalha campal se desenvolvia nas ruas da cidade. Cerca de mil soldados do Exército e 300 do batalhão de choque da Polícia Militar, em formação cerrada, partiram para cima de operários que participavam do piquete e de centenas de outras pessoas que simplesmente passavam pelo local. Balas de festim, de borracha e verdadeiras, bombas de gás lacrimogê-

neo e de efeito moral cruzaram os ares. Lojas, restaurantes e prédios foram invadidos e depredados pelos soldados. As tropas foram recebidas a paus e pedras. No final, além dos três mortos, 38 pessoas foram internadas com ferimentos.

No dia 23, com as reivindicações atendidas, os metalúrgicos decidiram suspender a greve, condicionando o retorno ao trabalho à saída das tropas. Sem nenhum soldado ferido, o Exército abandonou a CSN. O general José Luís Lopes da Silva foi promovido e atualmente ocupa a chefia do Estado Maior do Comando Militar do Leste. Os metalúrgicos, tal como no ano passado, reivindicam reajuste salarial e aguardam o julgamento do dissídio pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). (JB, 09/11/89)

Esperança

Faixa estendida ao lado do Monumento 9 de Novembro, na Praça Juarez Antunes, em Volta Redonda, onde o candidato Luís Inácio Lula da Silva prestou dia 9 homenagem aos três operários mortos há um ano no conflito com o Exército:

"Os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas, mas não conseguirão deter a primavera. A primavera chegou. Lula presidente".

A homenagem era da Comitê de Metalúrgicos da CSN. (Informe JB, 10/11/89)

Cinemistério

O vereador Fernando Vanderlei (PT-RN) exibiu dia 8 na Câmara Municipal de Natal o vídeo que diz ter recebido pelo correio, de remetente anônimo. Mostra cenas gravadas no dia 24 de setembro, durante reunião da Sudene em Mossoró, Rio Grande do Norte, em que o governador Geraldo Mello, na presença de seus colegas Miguel Arraes, de Pernambuco, e Alberto Silva, do Piauí, diz o seguinte:

- Precisamos criar um incidente, senão teremos que ir para a Europa beber scotch. (Canal 3, OESP, 9/11/89)

Colega de trabalho

Uma fã ardorosa de Sílvio Santos, dessas que não perdem o programa de domingo, bota um porém na candidatura do animador:

- Eu até votaria nele, mas é que não consigo me acostumar como Gugu Liberato no lugar de Sílvio. (Canal 3, OESP, 9/11/89)

A las urnas

Os funcionários da prefeitura de Porto Alegre que tiverem nacionalidade uruguaia vão ter dois dias livres para poderem votar nas eleições presidenciais do dia 26.

O prefeito Olívio Dutra tomou a decisão dia 8, depois de receber uma comissão dos partidos de esquerda do Uruguai. Com ela veio Lillian Celiberti, candidata ao Senado, que foi sequestrada em 1978 no Brasil por um grupo de policiais uruguaio e gaúchos. (Canal 3, OESP, 9/11/89)

Lulou

Chico Buarque assinou manifesto de artistas e intelectuais em apoio ao candidato Luís Inácio Lula da Silva.

Um dos que mais batalharam pela adesão foi o frei Betto. (Informe JB, 9/11/89)

Perguntinha

Collor disse que Sarney tem que explicar ao país porque o ex-ministro Aníbal Teixeira está solto. Depois será a vez de Collor explicar por que Teixeira está apoiando sua candidatura. (Painel FSP, 9/11/89)

Idéia fixa

Na cerimônia de inauguração do DDI para a União Soviética, o ministro Antônio Carlos Magalhães só se referiu ao pessoal da Embratel como "meus colegas de trabalho". Só faltou chamar o Lombardi. (Painel FSP, 9/11/89)

Desastre

Na mesma solenidade, Magalhães chamou a União Soviética de "Rússia". Advertido por um assessor, fez a correção desastrosa: "União das Repúblicas da Rússia Soviética". (Painel FSP, 9/11/89)

Visado

Avaliação de um político da velha guarda: "O Sílvio Santos apanhou em duas semanas mais do que os outros candidatos apanharam em sete meses". (Painel FSP, 9/11/89)

De volta

Juruna reapareceu dia 8 em Brasília, fazendo um candente discurso para os funcionários públicos em greve há duas semanas. Ele é assessor da Funai e aderiu à greve sem reservas. (Painel FSP, 9/11/89)

Apoteose

Darcy Ribeiro e Oscar Niemeyer entregaram a Quércia um projeto para fazer uma espécie de praça da Apoteose no Memorial da América Latina. (Painel FSP, 9/11/89)

Em paz

Voltaram a ser boas as relações entre Brizola e seu vice Fernando Lyra. Andaram estremecidos por umas fofocas, mas já se acertaram. (Painel FSP, 10/11/89)

Só fora

O Ministério do Exército proibiu o acesso às suas instalações de qualquer pessoa que porte "button" de campanha. No Clube do Exército, em Brasília, carro com adesivo não entra. (Painel FSP, 10/11/89)

Cronologia

Do publicitário Carlito Maia: "A mais antiga profissão do mundo é a política. A prostituição surgiu depois". (Painel FSP, 10/11/89)

Borrachudos

O jornalista Heitor Guimarães reclama na Justiça de Brasília o pagamento de dois cheques sem fundo, no valor de NCZ\$ 15 mil, que recebeu do comitê de Caiado, por dois meses de assessoria. (Painel FSP, 10/11/89)

Na moita

Quase em sigilo, o PL realizou sua convenção nacional para renovar o diretório e a comissão executiva. Cuidados do deputado Ivaro Valle (RJ), receoso de perder o comando do partido para Afif Domingos.

Álvaro foi reeleito presidente, claro. (Canal 3, OESP, 8/11/89)

Sem medalha

Quem espera enriquecer sua coleção de condecorações com a Medalha do Congresso Nacional pode desistir. Pelo menos até o final do seu mandato como presidente do Congresso, em janeiro de 1991, o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) garante que nem sequer reunirá o conselho da Ordem.

- Fui contra a criação dessa condecoração e acho que já distribuíram medalhas demais - diz o senador. (Canal 3, OESP, 8/11/89)

Chico Mendes

O Tribunal de Justiça do Acre se reuniu dia 8 para examinar as 1.400 páginas do relatório da desembargadora Miracele Lopes sobre o assassinato de Chico Mendes. O fazendeiro Darli Alves da Silva e seu filho Darci Alves Pereira foram pronunciados como réus, mas seus advogados recorreram da decisão.

O processo está com a desembargadora desde 4 de setembro. (Canal 3, OESP, 8/11/89)

Mensagem

A tucana global Regina Duarte aproveitou dia 7 a gravação da mensagem de Natal da Rede Globo, no Teatro Fênix do Rio, e mandou distribuir aos colegas camisetas do candidato Mário Covas. O deputado Ronaldo César Coelho, rápido no gatilho, mandou ao local uma equipe de TV e gravou com os artistas uma mensagem para o programa gratuito do PSDB. (Canal 3, OESP, 8/11/89)

Missão impossível

Os governadores Henrique Santillo (GO) e Geraldo Mello (RN) e o prefeito de Manaus, Artur Virgílio, fizeram no dia 7 a última tentativa junto a Quércia para atraí-lo à candidatura Covas. (Painel FSP, 8/11/89)

Olho em 90

A "embaixada" em favor de Covas identifica em Quércia a resistência maior para o abandono de Ulysses. E sabem que o governador subordina qualquer discussão a um acerto prévio sobre a eleição paulista, em 90. (Painel FSP, 8/11/89)

Apelo

O ex-deputado Airton Soares (PDT) conversou dia 7 com Álvaro Dias. Depois de saber que a operação pró-Covas havia gorado, insistiu para que Dias apoiasse Brizola no segundo turno. (Painel FSP, 8/11/89)

Em forma

Frase usada por Ulysses em seus últimos comícios: "Falam que eu sou velho, mas sou o único candidato que não foi para o estaleiro durante a campanha. Nem gripe eu tive". (Painel FSP, 8/11/89)

Troco

Pelé disse dia 7 ao SBT que está indeciso. Pelé ainda não sabe votar. (Painel FSP, 8/11/89)

Abraçodebêbado

Ar aristocrático, impecavelmente vestido, Paulo Brossard desce do palanque após um comício do MDB, em 78, na cidade gaúcha de São Gabriel. Brossard não consegue escapar do abraço de um bêbado emedebista. Permanece sem se mexer e evita o hálito do correligionário inconveniente. É puxado para o lado por Pedro Simon, que ouviu Brossard reclamar, conta Paulo de Tarso Riccardi ("Tenho Dito"):

- Como é dolorosa a caminhada pela democracia... (Painel FSP, 8/11/89)

Mãos ao alto

Paula Saboya, filha do secretário de Polícia Civil do Rio de Janeiro, Hélio Saboya, foi assaltada em NCZ\$ 400 na saída de um banco eletrônico, em São Paulo.

Deve ser terrível viver numa cidade sem segurança. (Informe JB, 10/11/89)

Pisou na bola

O PC do B já começou a demonstrar que criará problemas caso Lula passe para o segundo turno e receba o apoio do PCB.

No dia 8, em Recife, no comício da Frente Brasil Popular, o presidente nacional do PC do B, João Amazonas, ocupou o microfone para criticar o candidato do PCB, Roberto Freire, e acabou vaiado.

Muita gente que, na platéia, ia votar em Freire e passou para Lula nos últimos dias não gostou do pronunciamento de Amazonas. (Informe JB, 10/11/89)

Lixo rende dinheiro ao Morro Dona Marta no Rio

Lixo dá dinheiro. É o que provam os 8 mil moradores do Morro Dona Marta, em Botafogo (zona sul). Eles fizeram dia 8 sua primeira venda de lixo reciclável: cerca de 2,5 toneladas de papelão, plástico, vidro e metais, que renderem NCz\$ 1.600. A quantia será aplicada na conta da Associação de Moradores, para futuramente ser utilizada na compra de uma ambulância para servir a comunidade.

O recolhimento e separação de lixo reaproveitável foi iniciado em julho, quando a Comlurb inaugurou o programa *Gari comunitário*. A difícil coleta de lixo em becos e ladeiras passou a ser feita por 30 moradores - 20 adultos e 10 menores - que utilizam padiolas com latão com capacidade para 50 litros. No pé do morro ficam o posto para depósito de lixo reciclável e as caçambas, para depósito do lixo comum, que a Comlurb transfere para caminhões.

Papelão, plástico e metais foram vendidos a NCz\$ 0,30 para o ferrolho de Manoel Damião, no Centro, que mandou caminhão ao local. O vidro vale mais - um garrafão de cinco litros custou NCz\$ 1. A comunidade do Dona Marta, que produz diariamente 2,5 toneladas de lixo, é a primeira, mas não a única que participa do *Gari comunitário*.

O programa foi iniciado há dois meses no Morro do Andaraí (zona norte) e está sendo adotado no Conjunto Habitacional de Antares, em Santa Cruz (zona oeste), e no Morro do Vidigal (zona sul).

O gerente de operações de favela da Comlurb, Elinor Brito, diz que a intenção é levar o *Gari comunitário* a outras 26 comunidades. Ele explica que as condições de cada lugar resultam em adaptações ao programa. Se no Dona Marta o que deu certo foram as padiolas, no Andaraí

são usados cestos e microtrator acoplado a uma carrocinha. Em Antares, a opção foi por carrocinhas, que recolhem lixo em ruas a que os caminhões não têm acesso. A favela que mais produz lixo é a Rocinha, onde são geradas por dia 12 a 15 toneladas de detritos.

Solução para recolhimento de lixo era reivindicação dos moradores do Dona Marta desde as enchentes de fevereiro de 1988, quando ficou claro que o acúmulo de detritos facilita deslizamento de terra e entupimento de galerias. Naquele ano, 30 barracos desabaram, dez pessoas morreram e muitas ficaram desabrigadas. O acúmulo de lixo propicia ainda proliferação de ratos, baratas e mosquitos.

O Instituto de Estudos de Religião (Iser) inaugurou, em maio,

posto de coleta de lixo reciclável perto da subida do Morro Dona Marta. O projeto foi coordenado pelo ecologista Emílio Eigenheer, que já havia adotado programa semelhante em Niterói e apresentou sua proposta à Comlurb.

Mudança de prefeito e posse de nova diretoria na Associação de Moradores acabaram interferindo no plano. Mas o galpão do Iser permanece, sendo abastecido por doações de moradores da rua São Clemente e adjacências, chamados no morro de "pessoal do asfalto". A idéia era reverter a renda em benefício da creche e do posto médico do morro, mas as vendas realizadas mal deram para pagar o aluguel do posto e o salário do funcionário encarregado do recolhimento. (JB, 9/11/89)

BNDES suspendeu projeto de usinas

As piores favelas são aquelas vizinhas a *lixões*, geradas pela atividade de catar no lixo o que pode ser vendido e reciclado. Partindo dessa observação, o BNDES começou a elaborar, em 1985, projeto de financiamento de usinas de reciclagem, que previa o fim, em dois anos e meio, dos indesejáveis depósitos de lixo espalhados em cada cidade do Brasil. Com a criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento, em 1986, o programa foi aprovado. Em um ano, mais de 40 prefeituras já haviam entrado com pedido de financiamento.

No início de 1988, decreto federal proibindo o aumento de saldos devedores de instituições públicas acabou contendo o banco em seu volume de empréstimos no setor público, o que interrompeu o projeto.

Na época diretor da área social

do BNDES e à frente do projeto, o economista Carlos Lessa conta que foram descobertos dados surpreendentes, como o da existência de 25 mil catadores de lixo no Brasil, em cidades com 100 mil habitantes ou mais. "O depósito de lixo a céu aberto é o maior gerador de favela", diz ele. A reciclagem de lixo permite, além de aproveitar plástico, papel, metal e vidro, desenvolver composto orgânico, aproveitando a mão-de-obra do catador de lixo. A matéria orgânica é moída, empilhada e periodicamente revolvida, dando origem a processo de fermentação aeróbica, que ao final de 60 dias a transforma em húmus, reconstituente de solo.

O programa foi interrompido, mas o BNDES chegou a financiar usinas em cidades como Natal, João Pessoa e Petrópolis (RJ). (JB, 9/11/89)

Governo apura na Justiça fraude cambial no Rio

O ministro da Justiça, Saulo Ramos, divulgou no Rio uma relação de 15 bancos nacionais, seis corretoras e cinco bancos estrangeiros envolvidos em operações de fraude para evasão de divisas via importações falsas no valor de US\$ 360 milhões. Os bancos nacionais e corretoras referem-se apenas a operações na praça do Rio. As operações, iniciadas a partir de 87, foram classificadas pelo ministro como "a maior fraude cambial da história do Brasil". A Receita Federal, o Banco Central e a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) já checaram um total de US\$ 150 milhões.

O diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, disse que a fraude foi levantada a partir de uma denúncia e da constatação, pelo Banco Central, de que havia concentração de operações de câmbio de valor elevado em bancos de pequeno porte. Somente o Banco do Estado do Amazonas, agência Rio de Janeiro, realizou operações no valor de US\$ 24,7

milhões. O Rio concentrou mais de 75% das operações, no valor de US\$ 275,9 milhões. No exterior, todas as operações foram feitas por agências bancárias de Nova York, EUA.

Para Romeu Tuma, a fraude envolve "lavagem" de dólares por traficantes de drogas e também evasão de divisas por parte de pessoas comuns. A Polícia Federal já abriu 24 inquéritos em São Paulo, três no Rio Grande do Sul e um em Foz de Iguaçu (PR). Outros 20 estão sendo abertos no Rio. Romeu Tuma disse que deve haver gente "de categoria" envolvida e Saulo Ramos não descartou a possibilidade da participação de funcionários públicos.

Já há três indiciados: Cláudio Hifume, de São Paulo, identificado apenas como um "fraudador"; Tarcísio Marcondes, funcionário do Banco do Estado da Paraíba em São Paulo; Hugo Lemann, diretor das empresas H.L. Exportação e Importação e Fruit Import, do Rio Grande do Sul; e Sérgio Costa, "fraudador" de Foz do Iguaçu (PR).

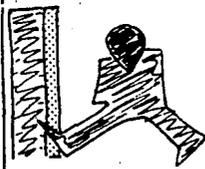
Será ouvido também Luiz Alberto Pereira, ex-gerente de câmbio do Banco do Estado da Paraíba em São Paulo. (Folha de São Paulo, 10/11/89)

Veja os bancos envolvidos (*)

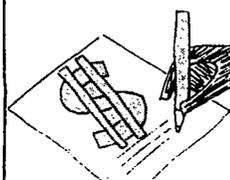
Banco do Estado do Amazonas
Bamerindus
Banco Rural
Lloyds Bank
Banco Geral do Comércio
Banco Nacional do Norte
Banco Bozzano
Banco Multiplic
Banco Noroeste
Banco Mercantil do Brasil
Unibanco
BNCC
Banco de Crédito Real de Minas Gerais
Banrisul
Banco Econômico

* (Praça Rio de Janeiro)

A FRAUDE PASSO A PASSO



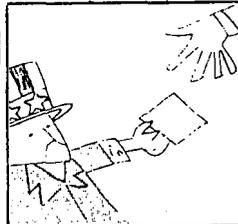
1) O fraudador ia à Cacex e obtinha uma guia de importação



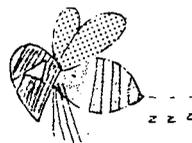
2) A guia era falsificada, aumentando seu valor, por exemplo, de US\$ 100 mil para US\$ 10 milhões



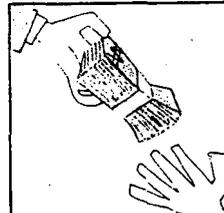
3) Com a guia falsificada, ele obtinha uma declaração de importação da Receita Federal



4) Um banco em Nova York mandava para o Brasil um conhecimento de embarque (prova de que a mercadoria saiu dos Estados Unidos) e uma guia de exportação, ambas falsificadas



5) De posse da documentação, um agente apelidado de zangão ia a uma corretora e obtinha a intermediação para o fechamento do contrato de câmbio



6) Tudo pronto, o contrato de câmbio era fechado em um banco no Brasil, com o fraudador trocando cruzados por dólares, no câmbio oficial. Para evitar o aparecimento de nomes, em vez de ser aberta uma conta bancária para o fechamento do contrato, a troca era feita através de cheques administrativos emitidos a partir de cruzados depositados em fundos ao portador

Darci e Darli vão a julgamento no ano que vem

Foram necessárias oito horas de discussão para que o Tribunal de Justiça do Acre confirmasse que Darli Alves da Silva e seu filho Darci serão julgados sob a acusação de serem mandante e executor do assassinato do ecologista Chico Mendes, em dezembro do ano passado em Xapuri. Os advogados de defesa vão recorrer ao Superior Tribunal Federal, mas o processo vai continuar em andamento na Comarca de Xapuri. O julgamento só acontecerá no próximo ano.

Se a decisão de mandar Darci Alves Pereira a julgamento foi unânime entre os três desembargadores, o mesmo não aconteceu com relação ao réu Darli Alves da Silva. A relatora do processo, desembargadora Miracele de Sousa Lopes Borges, não encontrou indícios suficientes nos autos para incrimi-

nar Darli Alves por ter mandato assassinar Chico Mendes e votou pela impronúncia da sentença do fazendeiro.

Depois de uma hora de receso, a desembargadora Eva Evangelista puxou voto contrário à relatora do processo, mantendo a pronúncia também contra Darli Alves da Silva. O desembargador Lourival Alves da Silva, que presidia a sessão, desempatou, acompanhando Eva Evangelista.

Para dar voto favorável a Darli, Miracele Borges não se utilizou de nenhum dos argumentos apresentados pela defesa. Segundo ela, o depoimento do vaqueiro Alcício Dias Oliveira, a principal testemunha da acusação, "serviu para se debitar a Darli a culpabilidade na condição de mandante do crime". Isso porque Alcício, quando interrogado pelo delegado Nílson

Alves de Sousa, disse ter ouvido Oloci Alves da Silva comentar que seu pai tinha dito a Darci que "honrasse as calças que vestia" matando Chico Mendes. Posteriormente, perante júri, a mesma testemunha afirmou ter feito as acusações sob tortura dos agentes de Polícia de Xapuri. A desembargadora Eva Evangelista optou pela dúvida. "Não são necessárias provas cabais, os indícios são suficientes para mandar o réu a julgamento pela sociedade", argumentou.

Depois da sessão, a viúva do ecologista, Ilzamar Mendes, comentou: "Cheguei a pensar que Darli ia ser solto amanhã (sábado) e matar mais companheiros, foi um sufoco". Ilzamar se emocionou durante o julgamento e chorou durante toda a argumentação da assistente de acusação, Suely Bellato. (Folha de São Paulo, 12/11/89)

Trabalhadores ocupam fazenda em MS

Um grupo de 750 famílias de trabalhadores rurais ocupou na madrugada do dia 7 a Fazenda São Luiz, em Bataiporá (leste de Mato Grosso do Sul). A fazenda tem processo de desapropriação tramitando na Justiça desde 1986. Segundo o Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, seu proprietário, José Teixeira, dividiu a fazenda de 4 mil hectares entre três de seus familiares para argumentar na Justiça que as terras agora são produtivas e impedir a desapropriação pedida pelo Instituto Nacional de Reforma e Desenvolvimento Agrário (Incra).

As três mil pessoas vindas de um acampamento instalado há um mês nas laterais da BR-376, em Ivinhema (MS), estão dis-

postas a resistir ao pedido de desocupação da área que Teixeira deve entregar na Justiça.

A decisão de resistir foi tomada em uma assembléia de invasores realizada na manhã do dia 7, pouco antes de começarem a erguer barracos de lona nas pastagens da fazenda.

Essa foi a quarta fazenda invadida no Mato Grosso do Sul nos últimos 40 dias. Preocupado com o clima de tensão, o governador Marcelo Miranda determinou o reforço das barreiras que a PM está montando nas principais rodovias do Estado para impedir o trânsito de caminhões transportando trabalhadores rurais sem destino prefixado. (Folha de São Paulo, 8/11/89)

Sem terra I

Cerca de mil trabalhadores, sem terra fizeram um ato público na cidade catarinense de Dionísio Cerqueira (810 km de Florianópolis) para pressionar o juiz José Ildefonso Bizzato na decisão de relaxar a prisão de seis agricultores. Eles estão presos há 54 dias e já passaram pelas cadeias públicas de Chapecó e São Miguel D'Oeste. Eram transferidos a cada manifestação de protesto. (Folha de São Paulo 9/11/89)

Sem terra II

Cerca de 50 trabalhadores sem terra voltaram dia 6 a ocupar a Prefeitura de Londrina (PR). Eles exigem que o prefeito Antonio Belinati (PDT) ceda cestas básicas mensais e sementes para o plantio. (Folha de São Paulo, 7/11/89)

Vaticano estuda divisão da Diocese de Santo André

A Diocese de Santo André, na Grande São Paulo, poderá ser dividida pelo Vaticano, dando origem à Diocese de São Bernardo do Campo e a uma arquidiocese sediada em Mogi das Cruzes ou em Santos. Dirigida pelo bispo franciscano "progressista" dom Cláudio Hummes, a Diocese de Santo André abrange os municípios do ABC paulista e representa o principal reduto do PT e da Pastoral Operária no País. O nome mais citado para assumir a futura diocese de São Bernardo do Campo é o do bispo auxiliar de Olinda e Recife (PE), Dom João Evangelista Martins Terra, da corrente "conservadora".

Se efetivada, a divisão representará a segunda intervenção do Vaticano - em menos de um

ano - na Igreja em São Paulo, reduzindo ainda mais a influência do cardeal arcebispo da capital, Dom Paulo Evaristo Arns. Em março, o papa João Paulo II dividiu a Arquidiocese de São Paulo, criando quatro novas dioceses em Santo Amaro, São Miguel Paulista, Campo Limpo e Osasco.

Dom Cláudio Hummes poderá ficar com a nova arquidiocese, enquanto a nova diocese - formada por São Bernardo do Campo e Diadema - seria entregue a dom João Martins Terra. A diocese de Santo André ficaria restrita aos municípios de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

Considerado o principal elo entre a Igreja e os sindicalistas

do ABC, Dom Cláudio Hummes é companheiro do cardeal Arns na Ordem dos Frades Menores (franciscanos). Amigo de Lula, dom Cláudio teve uma destacada atuação, como mediador, nas greves dos metalúrgicos do ABC, há dez anos. "Progressista" moderado, Dom Cláudio mantém igualmente relações de amizade com o Papa.

Num de seus últimos encontros, o Papa recomendou-lhe que fizesse "todos os esforços possíveis" para evitar que o Brasil seja novamente submetido a um regime autoritário. De comportamento discreto, Dom Cláudio se mantém em silêncio diante dos rumores sobre uma possível divisão de sua diocese. (O Globo, 10/11/89)

Igreja investe US\$ 1 milhão para se contrapor a evangélicos

A Arquidiocese do Rio de Janeiro está disposta a investir pelo menos US\$ 1 milhão (cerca de NCz\$ 5,39 milhões no câmbio oficial) na compra de uma estação de rádio AM e, dessa forma, tentar barrar o avanço das Igrejas Evangélicas na mídia eletrônica. Há cinco meses, o cardeal do Rio, d. Eugênio Sales, encarregou o procurador da arquidiocese, padre Abílio Vasconcelos, de sondar as estações de rádio, mas até o momento foram feitos apenas contatos preliminares.

"O desgaste é muito grande para efeitos pequenos", disse Vasconcelos, resumindo a avaliação que a arquidiocese faz da estratégia utilizada até hoje para manter e conquistar fiéis. Essa estratégia não conta com a utilização intensiva dos meios de comunicação de massa, ao contrário do que fazem os pastores evangélicos, e demanda

muito tempo e esforço para chegar a uma audiência reduzida - como em uma missa, nunca assistida por mais de mil pessoas.

A Arquidiocese do Rio conta hoje com uma penetração reduzida nos meios de comunicação de massa: cerca de cinco horas e meia semanais em programas religiosos veiculados por seis rádios e cerca de duas horas e meia semanais em três programas de televisão, transmitidos no horário da manhã pela Rede Globo e TV Educativa. Com a aquisição de uma rádio, a arquidiocese disporia de pelo menos 18 horas diárias, tempo mínimo exigido pela legislação para que uma emissora fique no ar, segundo a Assessoria de Imprensa da arquidiocese.

"Será uma rádio cultural e confessional, com transmissão de eventos católicos, MPB, programas católicos", diz Vasconcelos.

A primeira tentativa de compra de uma estação ocorreu em junho, quando Vasconcelos ofereceu US\$ 1 milhão aos diretores da rádio AM Carioca - pertencente à Congregação dos Padres Paulinos. A oferta foi recusada e, esse mês, ele pretende procurar a direção da rádio FM Ondas Tropicais, e oferecer aos seus proprietários uma quantia inferior - cerca de US\$ 60 mil (NCz\$ 323,4 mil no câmbio oficial). A diferença de preço justifica-se pelo menor alcance de uma FM - 80 quilômetros na avaliação do padre - enquanto uma rádio AM de ondas curtas chega a todo o país.

No Rio, as Igrejas Evangélicas contam com programas religiosos em cerca de 20 estações, além de uma emissora de televisão, a TV Rio, pertencente ao pastor Nilson do Amaral Fanini, da Igreja Batista. (Folha de São Paulo, 4/11/89)

Greenpeace protesta contra uso de DDT na Amazônia

O grupo ecológico Greenpeace está denunciando o uso de DDT na Amazônia, para combater os insetos que transmitem a malária, como uma fonte de destruição do meio ambiente. Segundo Kay Treakle, coordenador internacional do setor de pesticidas do Greenpeace, o produto foi banido na maioria dos países desenvolvidos nos anos 60 e 70, depois de comprovado que prejudicava a vida animal. A planejada aplicação de três mil toneladas de DDT na Amazônia em cinco anos teria um efeito altamente nocivo. Num trabalho que está sendo distribuído no mundo pelo Greenpeace, Treakle diz que "outras espécies, incluindo pássaros, peixes, insetos e organismos do solo serão vítimas dos agudos e crônicos efeitos do DDT".

A crítica do grupo tem dois alvos. Um é o Governo brasileiro, que aplica o DDT, através de

um projeto de controle da malária. O outro é o Banco Mundial (Bird), que emprestou US\$ 99 milhões para este plano - dos quais US\$ 51 milhões serão usados na compra e aplicação do pesticida numa área de 3,2 milhões de quilômetros quadrados.

- O Banco Mundial parece não se preocupar com as consequências ambientais do DDT - comenta Treakle.

O projeto prevê que o uso do pesticida seja limitado a ambientes fechados, mas o Greenpeace dúvida. E cita a opinião de Michael Hansen, pesquisador do Institute for Consumer Policy Research, que diz que "uma vez que o DDT esteja disponível, especialmente em áreas agrícolas, será apenas uma questão de tempo o uso do pesticida no controle de pestes na produção de alimentos".

Dúvida-se, ainda, de que o DDT será administrado no Bra-

sil apenas por agentes autorizados.

Segundo o Greenpeace, a própria efetividade do DDT também é questionável. Países como a Índia, o Sri Lanka, a Indonésia partes da América Central e do Caribe já teriam testemunhado "uma ressurgência de malária depois que os mosquitos se tornaram resistentes ao DDT. A própria Organização Mundial de Saúde desde 1970, registrou que 15 espécies de mosquitos resistiam ao DDT.

- Já se sabe que pelo menos uma espécie de mosquitos, a *albitarsis*, é resistente ao DDT no Brasil - diz Treakle.

Calcula-se que mais de um milhão de pessoas serão infectadas com a malária no Brasil no próximo ano. As estatísticas do Greenpeace mostram que houve 280 mil casos de malária em 1983 e 500 mil em 1987. (O Globo, 09/11/89)

Inquérito verifica se Ibama foi pressionado no MA

Criada há apenas uma semana, a Coordenadoria do Meio Ambiente da Procuradoria-Geral da República tomou dia 26 de outubro sua primeira medida: determinou a instauração de um inquérito civil para apurar possíveis "influências políticas" na paralisação de uma operação de fiscalização de queimadas e desmatamentos pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), na Reserva de Gurupi, no Maranhão, no dia 13 de outubro.

A operação foi interrompida no mesmo dia em que o senador Edison Lobão (PFL-MA) mantém contatos telefônicos com Roberto Onório, presidente do Sindicato Rural de Imperatriz (MA), e Luís Oliveira Danda, presidente da UDR estadual,

para conter as autuações aos proprietários locais. "O senador Lobão subestimou o Ibama", confidenciou um assessor do instituto, que acompanhou a operação do Maranhão.

O subprocurador-geral da República, Amir José Finocchiaro Sarti, enviou ainda ao presidente do Ibama, Fernando César Mesquita, o ofício nº 09, onde solicita uma cópia dos atos de criação da Reserva de Gurupi, uma lista com todos os servidores do instituto no estado e informações sobre as providências tomadas diante das acusações de pressões políticas do senador Edison Lobão e líderes de proprietários rurais do estado.

"A operação não chegou a ser interrompida", interpreta o delegado Renato Torrano, ouvi-

dor-geral da Defesa da Natureza do Ibama, enviado ao local para solucionar o incidente. Segundo ele, houve apenas uma demora na troca das equipes de fiscais do Ibama e policiais federais que realizam a fiscalização através de quatro equipes no estado.

Em sua primeira portaria, a Coordenadoria de Meio Ambiente da Procuradoria-Geral da República instaura inquérito civil para apurar o caso e designa a servidora Sílvia Helena Souza Penha como secretária do inquérito. Todos os documentos estão sendo juntados, entre eles uma fita do programa *Fantástico*, da TV Globo, do dia 15 passado, que denuncia influências políticas para a paralisação da operação. (JB, 27/10/89)

Funai diz que tensão aumenta em área Yanomami

A administração regional da Funai em Boa Vista (AC) ainda não conseguiu apurar as consequências do conflito ocorrido no dia 2 entre índios e garimpeiros, na reserva indígena Yanomami (extremo oeste de Roraima). A Funai não sabe sequer se o confronto aconteceu entre garimpeiros brasileiros e índios, ou mesmo se envolveu invasores venezuelanos. Até agora, porém, a Funai só tem certeza que o clima na área está cada dia mais tenso - pela acirrada disputa de terras - e que o número de índios contaminados e mortos por causa do contato com os brancos.

Segundo o administrador regional da Funai, José Maria Nascimento, a investigação so-

bre as consequências reais dos últimos confrontos foi entregue à Polícia Federal do Estado. Mas a PF não tem avião apropriado para descer nas pistas dos garimpos nem verba para fretar aparelhos das companhias de táxi-aéreo. Nascimento afirmou que pediu auxílio à Funai em Brasília e Manaus (AM), mas até o dia 8 os aviões não haviam chegado.

A equipe de reconhecimento que a Funai do Amazonas (que jurisdiciona a área dos Yanomami) enviou à reserva - para checar denúncias da entrada ilegal de venezuelanos - só deverá retornar a Boa Vista em uma semana. Como o posto da Funai na área indígena foi desativado há seis meses, por falta de segu-

rança, não há como saber se a invasão foi confirmada. Por enquanto, as informações que podem ser divulgadas são desconhecidas: três ou cinco índios teriam morrido e três garimpeiros ficaram feridos.

Segundo levantamentos da Funai, estão em contato direto com os garimpeiros 660 índios da área Paapiú, 4 mil da serra do Surucucu e 1,2 mil da Uacaicai. De janeiro deste ano até setembro, houve 46 mortes de índios. Só em outubro houve 12 mortos. Nascimento disse que o desmatamento na reserva, que já atingiu 1 milhão dos 9 milhões de hectares, é a principal causa da propagação do inseto causador da malária. (Folha de São Paulo, 9/11/89)

Surto de malária interna índios em RR

Três índios morreram e mais de 120 estão internados na Casa do índio em Boa Vista, vítimas de malária. O superintendente substituto da Fundação Nacional do Índio (Funai), Wagner Pereira Sena, disse que "a situação está sob controle", mas não soube informar se há mais doentes nas aldeias. A partir do dia 20, a Funai e a Secretaria de Saúde de Roraima executarão uma campanha preventiva contra doenças comuns nos centros urbanos que estão ocorrendo com frequência entre os índios.

A médica Maria Goretti Celau viajou para Boa Vista para iniciar um levantamento do número de índios Yanomami com malária. Ela vai representar a Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY) e o Ação pela Cidadania, que estimam ser entre 180 e 200 os índios com malária internados em hospitais da capital do Acre.

Claudia Andujar, coordenadora da CCPY, diz que os índios doentes começaram a chegar a Boa Vista há 15 dias, levados por pilotos que trabalham no garimpo. Andujar afirma que os doentes vêm de regiões como as serras de Parima, Surucucu e Coto de Magalhães, onde não existiam casos de malária na comunidade Yanomami até a chegada dos garimpeiros em 1987.

Segundo a CCPY, há cerca de 10 mil Yanomami no Brasil e 10 mil na Venezuela.

O surto na reserva Yanomami, entre Amazonas e Roraima, comprova que os garimpeiros e frente extrativistas quebram o sistema de vida dos índios. Sena disse que os índios são resistentes a malária, desde que seu habitat não seja modificado. Técnicos da Funai e do Cimi constataram, entretanto, que os yanomami estão debilitados por falta de alimento. (Folha de São Paulo, 8/11/89)

Jucá quer garimpo em terra de índio

A área Yanomami demarcada pela Justiça Federal corre o risco de ser invadida por três reservas garimpeiras, propostas pelo governador de Roraima, Romero Jucá.

Já está com o ministro das Minas e Energia, Vicente Fialho, uma portaria que estabelece a criação de "reservas garimpeiras" dentro da região Yanomami, entre as pequenas áreas destinadas aos índios demarcadas pelo governador do estado.

Para Jucá, a demarcação de áreas específicas para o garimpo será a única forma de estabelecer uma "convivência pacífica entre os índios e os garimpeiros e evitará problemas de assentamento dos 45 mil homens que hoje trabalham em garimpos na região Yanomami". (Gazeta Mercantil, 26/10/89)

Nambiquara protestam contra usina hidrelétrica

Oito líderes da reserva indígena dos Nambiquara, situada na divisa entre Mato Grosso e Rondônia, entraram com uma representação junto à Procuradoria-Geral da República contra a construção da Usina Hidrelétrica Doze de Outubro, projetada pela empresa de Construção Goes Cohabita. A empresa pertence ao presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara, deputado Joacy Goes (PMDB-BA).

Na representação, os índios pedem ainda indenização pelos danos causados a seu território e a responsabilização do presidente da Funai, ris Pedro de Oliveira, por ter autorizado a presença de técnicos da empresa construtora para um estudo de investigação geológica na área sem prévia permissão da comunidade indígena. A reserva fica no município de Comodoro, 780 quilômetros a noroeste de Cuiabá.

Manuscrito

No dia 30 de maio passado, 18 índios, representando os 1.000 Nambiquara residentes no Vale do Guaporé, assinaram uma ata manuscrita na qual autorizavam a entrada de 20 técnicos da empresa Goes Cohabita para "darem início aos trabalhos". "Assinamos o documento sem saber o que era uma usina", protesta o cacique Donald Kithaulo, autor da ata que autoriza a pesquisa. Ele garante que foi usado pela Funai. Os próprios índios, em plebiscito posterior, decidiram impedir a realização de novos estudos e a construção da usina em sua área. De acordo com os oito líderes Nambiquara que foram à Brasília, a empresa Goes Cohabita não se limitou aos estudos geológicos, derubando árvores e fazendo perfurações.

O projeto da Usina Doze de Outubro prevê o alagamento de uma

área de 4,5 hectares dentro do território indígena, para a geração de 12 megawatts, cujo objetivo é fornecer energia elétrica para a população de Vilhena. "Não somos loucos de autorizar a construção de uma usina sem a aprovação do Congresso Nacional", afirma Ovídio Martins, procurador-geral da Funai, lembrando o terceiro parágrafo do Artigo 231 da Constituição, que exige a autorização do Congresso e das comunidades indígenas para "o aproveitamento dos recursos hídricos" de suas reservas.

O proprietário da Goes Cohabita, deputado Joacy Goes, acha que "um lago de 4,5 hectares não causa impacto ambiental significativo" e crítica uma "histeria ecológica" de setores ambientalistas. A obra deverá começar em março, com prazo de execução de dois anos e investimento de US\$ 30 milhões. (JB, 9/11/89)

Promotorias não querem desmatamentos em Mangueirinha

Os índios Kaicang e Guarani que fazem parte da Reserva Indígena de Mangueirinha receberam uma advertência para impedir o corte ilegal de madeira e os madeireiros que adquiriram o produto procedente do corte, responderão ação civil pública. Essas duas medidas fazem parte de um elenco de ações tomadas pelas promotorias de defesas do Meio Ambiente, e dos Direitos e das Garantias Constitucionais. Ambas as promotorias estão ligadas à Procuradoria Geral de Justiça do Paraná.

As promotorias constataram na Reserva Indígena de Mangueirinha, na Região Sudoeste do Estado, que procedia a denúncia feita por uma comissão de índios sobre o desmate da reserva para retirar e vender pinho, imbuia, cedro, bracinga, e pinheiro. A Funai,

que é responsável pela área, foi também autuada pelo ITCF, pelo mesmo motivo.

Além dessas medidas, as promotorias tomaram ainda outras decisões sobre a Reserva, depois de realizar reuniões com a presença das partes envolvidas, o ITCF, Ibama, Funai, e membros de associações que defendam os índios.

O promotor Saint Clair Honorato Santos, da Promotoria do Meio Ambiente, disse ainda que sobre a extração ilegal de madeira corre inquérito policial, contra o cacique da Reserva, Jovelino Paiano, na delegacia de Mangueirinha. Também ocorrem inquéritos, esses sobre furto de madeiras, nas delegacias de polícias de Chopinzinho e Coronel Vivida.

Saint Clair Honorato Santos declarou que as promotorias decidiram adotar todas as medidas

sugeridas na reunião com as partes interessadas. A primeira é de realizar um inventário florestal da Reserva de Mangueirinha, com a participação do Ibama/ITCF/Funai/URPr/índios da Reserva. A segunda medida é formação de um grupo de trabalho para exploração da área já desmatada pelos índios, a terceira é a utilização da madeira desvitalizada mediante apresentação de projeto ao Ibama. A quarta medida é da formação de um grupo de trabalho, com participação de todos os órgãos envolvidos para encaminhar sistematicamente, as questões dos índios, a quinta é de fomentar a manutenção e perpetuação da cultura indígena e a sexta medida é de promover a fiscalização conjunta entre Ibama/ITCF, com apoio da Funai sobre a reserva. (O Estado do Paraná, 20/10/89)